



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

## ATA N.º 130/CNE/XVI

No dia 23 de janeiro de 2022, dia de votação antecipada em mobilidade, teve lugar a reunião número cento e trinta da Comissão Nacional de Eleições, que decorreu por videoconferência, sob a presidência do Juiz Conselheiro José Vítor Soreto de Barros e com a participação de Mark Kirkby, Vera Penedo, Carla Luís, João Almeida, João Tiago Machado, Marco Fernandes, Carla Freire e Sérgio Gomes da Silva. -----

A reunião teve início às 14 horas e 30 minutos e foi secretariada por mim, João Almeida, Secretário da Comissão. -----

**1. Nota à imprensa**

Para os efeitos previstos no artigo 6.º do Regimento, a Comissão tomou conhecimento da correspondência eletrónica trocada, que serve como ata aprovada e que consta em anexo à presente ata, através da qual deliberou, por unanimidade, o seguinte divulgar, junto da LUSA, a seguinte nota à imprensa: -

«A atividade de propaganda não é proibida em dia de votação em mobilidade, mas deve reafirmar-se a aplicação da norma que proíbe a propaganda dentro das assembleias de voto e nas suas imediações.

Apela-se aos candidatos e responsáveis dos proponentes das candidaturas, eventualmente entrevistados nas e junto das mesas de voto antecipado em mobilidade, se abstenham de proferir declarações de índole política/eleitoral.»

Pronunciaram-se os seguintes Membros: José Vítor Soreto de Barros, Mark Kirkby, Vera Penedo, João Almeida, João Tiago Machado, Álvaro Saraiva, Marco Fernandes, Carla Freire e Sérgio Gomes da Silva. -----

**2. Processo AR.P-PP/2022/52 - ADN | SIC Notícias | Tratamento jornalístico – entrevistas**



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

A Comissão apreciou os elementos do processo em epígrafe, que constam em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

- «1. A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio de direito eleitoral da igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas - alínea b) do n.º 3 do artigo 113.º, reiterado em cada uma das leis eleitorais, nomeadamente no artigo 56.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, que impõe a sua observância a todas as entidades públicas e privadas.
2. Por sua vez, a Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, fixa os critérios da cobertura e tratamento jornalístico das candidaturas, os quais devem ser devidamente articulados e coordenados com os princípios que salvaguardam a igualdade de tratamento das candidaturas, assim como com o princípio da neutralidade e imparcialidade das entidades públicas a observar em período eleitoral.
3. Os critérios jornalísticos não podem, portanto, contrariar os comandos legais que concretizam os referidos princípios legais e, para serem oponíveis às candidaturas, não podem ser secretos e discricionários.
4. O citado diploma alterou as regras a que devem obedecer os órgãos de comunicação social, bem como a competência da CNE no que respeita à matéria da cobertura e tratamento jornalístico das candidaturas em período eleitoral, atribuindo o poder de apreciação e decisão à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).
5. A participação em causa foi apresentada por representante do ADN, partido político concorrente à eleição da Assembleia da República de 30 de janeiro de 2022, pelo que reúne os pressupostos formais exigidos pelo n.º 1 do artigo 9.º do citado diploma legal.
6. Assim, considerando as competências atribuídas à ERC, remetem-se, para os efeitos previstos no disposto no n.º 3 do artigo 9.º do referido diploma legal, os elementos do processo àquela Entidade.» -----





COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

### 3. Processo AR.P-PP/2022/56 - IL | Rádio Portalegre | Tratamento jornalístico discriminatório (debate)

A Comissão apreciou os elementos do processo em epígrafe, que constam em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

«1. A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio de direito eleitoral da igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas - alínea b) do n.º 3 do artigo 113.º, reiterado em cada uma das leis eleitorais, nomeadamente no artigo 56.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, que impõe a sua observância a todas as entidades públicas e privadas.

2. Por sua vez, a Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, fixa os critérios da cobertura e tratamento jornalístico das candidaturas, os quais devem ser devidamente articulados e coordenados com os princípios que salvaguardam a igualdade de tratamento das candidaturas, assim como com o princípio da neutralidade e imparcialidade das entidades públicas a observar em período eleitoral.

3. Os critérios jornalísticos não podem, portanto, contrariar os comandos legais que concretizam os referidos princípios legais e, para serem oponíveis às candidaturas, não podem ser secretos e discricionários.

4. O citado diploma alterou as regras a que devem obedecer os órgãos de comunicação social, bem como a competência da CNE no que respeita à matéria da cobertura e tratamento jornalístico das candidaturas em período eleitoral, atribuindo o poder de apreciação e decisão à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

5. A participação em causa foi apresentada por representante do IL, partido político concorrente à eleição da Assembleia da República de 30 de janeiro de 2022, pelo que reúne os pressupostos formais exigidos pelo n.º 1 do artigo 9.º do citado diploma legal.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

6. Assim, considerando as competências atribuídas à ERC, remetem-se, para os efeitos previstos no disposto no n.º 3 do artigo 9.º do referido diploma legal, os elementos do processo àquela Entidade.» -----

#### **4. Processo AR.P-PP/2022/65 - PAN | O Atual | Tratamento jornalístico discriminatório (debate)**

A Comissão apreciou a queixa em epígrafe, que consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

- «1. A Constituição da República Portuguesa consagra o princípio de direito eleitoral da igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas - alínea b) do n.º 3 do artigo 113.º, reiterado em cada uma das leis eleitorais, nomeadamente no artigo 56.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República, que impõe a sua observância a todas as entidades públicas e privadas.
2. Por sua vez, a Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, fixa os critérios da cobertura e tratamento jornalístico das candidaturas, os quais devem ser devidamente articulados e coordenados com os princípios que salvaguardam a igualdade de tratamento das candidaturas, assim como com o princípio da neutralidade e imparcialidade das entidades públicas a observar em período eleitoral.
3. Os critérios jornalísticos não podem, portanto, contrariar os comandos legais que concretizam os referidos princípios legais e, para serem oponíveis às candidaturas, não podem ser secretos e discricionários.
4. O citado diploma alterou as regras a que devem obedecer os órgãos de comunicação social, bem como a competência da CNE no que respeita à matéria da cobertura e tratamento jornalístico das candidaturas em período eleitoral, atribuindo o poder de apreciação e decisão à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).
5. A participação em causa foi apresentada por representante do PAN, partido político concorrente à eleição da Assembleia da República de 30 de janeiro de





*[Handwritten signatures and initials]*

2022, pelo que reúne os pressupostos formais exigidos pelo n.º 1 do artigo 9.º do citado diploma legal.

6. Assim, considerando as competências atribuídas à ERC, remetem-se, para os efeitos previstos no disposto no n.º 3 do artigo 9.º do referido diploma legal, os elementos do processo àquela Entidade.» -----

Sérgio Gomes da Silva entrou após a apreciação do assunto anterior. -----

#### **5. Troca de boletins de voto (quanto ao círculo eleitoral)**

A Comissão trocou impressões sobre o assunto em epígrafe e determinou agendá-lo para a reunião plenária de 27 de janeiro. -----

João Almeida saiu durante a discussão do tema anterior, sendo substituído por Marco Fernandes, que secretariou até ao fim da reunião. -----

#### **6. Exercício do direito de voto**

No seguimento do que foi determinado na reunião plenária do passado dia 20 de janeiro, foi submetida proposta de deliberação por correio eletrónico nos termos do artigo 6.º do Regimento. Suscitado o assunto na presente reunião, entendeu a Comissão agendá-lo para o próximo plenário, de dia 25 de janeiro. -----

#### **7. INCM - Proposta de divulgação da Lei Eleitoral da Assembleia da República**

A Comissão tomou conhecimento da comunicação em epígrafe, que consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, aceder ao pedido e concordar com a proposta de parceria apresentada. -----

#### **8. Conselho Nacional de Estudantes de Direito – sessão *on line***

A Comissão tomou conhecimento da comunicação em epígrafe, que consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, fazer-se representar na



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

sessão *on line* de 27 de janeiro por João Almeida, que contactado telefonicamente confirmou a sua disponibilidade. -----

#### 9. CM de Felgueiras – vinheta de segurança

A Comissão tomou conhecimento da comunicação em epígrafe, que consta em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, recomendar que preferencialmente seja aposta uma nova vinheta de segurança no sobrescrito de cor azul, com registo do sucedido na ata das operações eleitorais. -----

Mark Kirkby entrou durante a apreciação do assunto anterior. -----

À Comissão foram relatadas as situações e questões colocadas aos serviços de apoio no decurso da votação. -----

Os serviços de apoio estiveram em funcionamento permanente das 07h00m às 19h00m.-----

A reunião foi dada por encerrada pelas 16 horas e 30 minutos. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta e vai ser assinada pelo Senhor Presidente, por João Almeida, Secretário da Comissão, e por mim, Marco Fernandes, que substitui o Secretário após a sua saída. -----

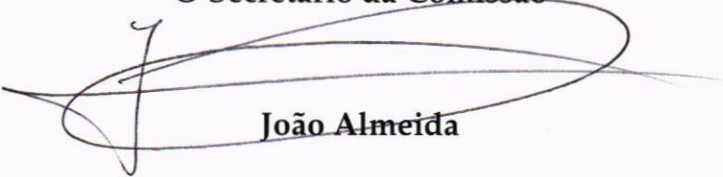
**O Presidente da Comissão**

**José Vítor Soreto de Barros**



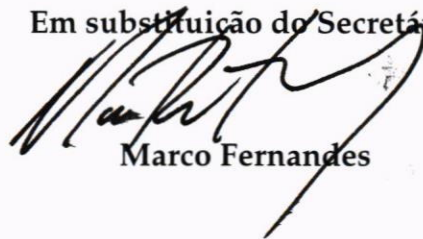
COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

O Secretário da Comissão



João Almeida

Em substituição do Secretário



Marco Fernandes